

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 14h, foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS), de forma virtual, para tratar dos assuntos encaminhados na pauta enviada via ofício aos membros da comissão. O Presidente da Comissão, diretor Falk Soares Ramos Moreira, iniciou os trabalhos, lembrando as últimas reuniões da CNEBS, em que foram discutidos assuntos importantes para educação bilíngue de surdos. O diretor enfatizou que as atas dessas reuniões foram encaminhadas aos membros da comissão para aprovação. Em seguida, o diretor Falk apresentou o relatório de ações da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, ressaltando que a DIPEBS é uma das diretorias da SECADI, e que esta secretaria tem como pautas a educação de jovens e adultos, a educação especial na perspectiva inclusiva, a educação do campo, indígena e quilombola e outras modalidades e áreas temáticas. Cada diretoria apresenta sua especificidade, mas todas estão alinhadas com a proposta da SECADI. É preciso tempo para consolidar todas as políticas voltadas às temáticas da SECADI, uma vez que há vários documentos que devem ser elaborados. Em seguida, o diretor Falk falou sobre as ações realizadas pela DIPEBS no ano de 2023. Prosseguiu relatando sobre a participação da DIPEBS na discussão do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que está sendo elaborado, e deve ser aprovado no próximo ano. Ressaltou que a proposta que está sendo pensada para o estudante surdo no PNE não se trata de uma adaptação educacional, mas sim, de um trabalho voltado para atender às especificidades desse público. A educação em tempo integral também está sendo pensada nesse contexto. Em seguida, o diretor falou sobre o Plano Viver Sem Limites, reforçando que o PAEBS (público-alvo da educação bilíngue de surdos) está contemplado em ações do Plano. Outro tópico abordado foi o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O diretor exemplificou que já existem Programas específicos para determinadas temáticas, como o PDDE Campo e Água. Em breve, será lançado o PDDE Equidade que atenderá também a Educação Bilíngue de Surdos – até então, o PDDE tinha como público-alvo educandos da educação inclusiva. A proposta atual do PDDE Equidade para a educação bilíngue de surdos é equipar escolas com brinquedotecas bilíngues e laboratório audiovisual bilíngue. Outra ação contemplada pela DIPEBS é o PARFOR, que é uma iniciativa da CAPES, com o objetivo de formação de professores. A Educação Bilíngue de Surdos será inserida no programa, por meio de curso superior de Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, para formar professores para a educação básica. O diretor também falou sobre o Projeto de Consultoria em parceria com a Unesco. Foram contratados consultores para levantamento de escolas bilíngues / escolas - polos bilíngues e classes bilíngues de surdos e Centros de Atendimento aos Surdos (CAS) em todo o Brasil. Recentemente, os consultores finalizaram o levantamento dos dados dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Será produzido um relatório a partir dos dados coletados. Elencando outro ponto, destacou o PAR – Plano de Ações Articuladas – uma iniciativa do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A construção de escolas bilíngues de surdos é realizada via PAR. No momento, dois municípios estão sendo contemplados para a implementação das escolas bilíngues: Laguna (SC) e Sinop (MT). O município de Sinop (MT) aguarda análise do terreno para dar início às obras, já Laguna (SC) está em estágio mais avançado. O diretor ressalta que o Ministério da Educação estabelece diálogo direto com as Instituições Federais de Ensino. E que, no caso das escolas bilíngues de surdos, de educação básica, as esferas estadual / municipal / distrital têm autonomia para

construir suas políticas educacionais e solicitar apoio financeiro pelo Plano de Ações Articuladas. Assim, o ente que é contemplado via PAR para implementação de escolas deve garantir a contrapartida financeira de 1% para realização das obras. Ainda com relação ao PAR, Falk explica que essa iniciativa não está voltada apenas para construção / reforma, mas também para aquisição de equipamentos, materiais didáticos, formação de professores entre outras propostas. Para o ano de 2024, será realizada a atualização dos itens que compõem o PAR. A DIPEBS está participando desse processo e irá apresentar propostas para atender melhor às escolas bilíngues. Para finalizar as ações da DIPEBS, Falk citou a parceria com o INEP e os cursos de formação de professores e gestores. Com relação ao INEP, explicou que está sendo feita negociação para atualizar o formulário do Censo, pois, da forma como está concebido atualmente, não contempla a heterogeneidade do público-alvo da DIPEBS. Com relação ao curso de formação de professores e gestores, explicou que a DIPEBS investiu aproximadamente 3 milhões de reais (R\$ 3.000.000,00) para oferta de cursos, em parceria com 10 Instituições de Ensino Superior (IES), capacitando, assim, 4300 (quatro mil e trezentos) professores em todo o Brasil. O diretor Falk abordou, ainda, as tarefas que são realizadas frequentemente na diretoria, como parecer sobre Projetos de Lei que evoluem a nossa temática, e resposta às demandas da ouvidoria (via LAI – Lei de Acesso à Informação). Explicou que as coordenações estão divididas por temas, sendo a Coordenação-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior (sob a responsabilidade da coordenadora-geral Mariana Campos), voltada para assuntos relacionados à educação básica e superior e a Coordenação-Geral de Atendimento Especializado (sob a responsabilidade da coordenadora-geral Marisa Lima), voltada para a formação dos profissionais em serviço da educação básica. O diretor Falk explica, ainda, que para o ano 2024, está sendo pensado um evento de Formação de Gestores, que ainda não tem data definida para acontecer. Para encerrar sua fala inicial, o diretor apresenta as datas das próximas reuniões da CNEBS, que ocorrerão de forma presencial: 20 e 21 de fevereiro; 01 e 02 de agosto. Ressalta que essas datas ainda deverão ser confirmadas. Após a sua explanação, o diretor abre para a participação dos membros da CNEBS. Ana Regina, representante da CIACS, questionou sobre a adequação linguística e pedagógica dos materiais didáticos da EJA e das outras modalidades; perguntou sobre a aprovação das diretrizes no Conselho Nacional de Educação (CNE) e sugeriu a elaboração de uma cartilha de orientação referente ao PAR / FNDE. O diretor Falk considerou pertinentes as colocações e destacou a importância de direcionar esforços para viabilizar os pontos salientados pela representante. Com relação ao CNE, o diretor ressalta a importância de marcar a representatividade da comissão no Conselho Nacional de Educação. É preciso pensar como se dará essa participação. Em seguida, Flaviane Reis, representante da Feneis Sudeste, sugeriu que seja feito um documento com as ações da comissão. É preciso registrar uma lista dessas ações para otimizar o trabalho, uma vez que dois anos não são suficientes para atender toda a demanda. Flaviane cita como exemplo a última reunião, em que foram abordados os temas ‘acesso, permanência e qualidade’ da educação bilíngue de surdos, mas a discussão não foi encerrada. A comissão ficou quatro meses sem se reunir, é preciso retomar a temática. Portanto, é preciso registrar as demandas para que, em fevereiro, a comissão possa resolver o que está pendente e dar andamento na construção de documentos orientadores para a educação bilíngue de surdos. A representante ainda sugeriu a elaboração de um cronograma de atividades que possa nortear os trabalhos da CNEBS. O diretor Falk concordou com a necessidade de criação de um cronograma de atividades e esclareceu que construção de documentos na DIPEBS envolve uma agenda de articulação intersetorial. A participante Pamela Matos, representante da Feneis Norte, iniciou sua fala parabenizando a DIPEBS pelo trabalho, e ressaltou a importância de compartilhar, entre os membros da Comissão, os documentos feitos nas reuniões. A participante, ainda, sugere que a comissão seja dividida em grupos de trabalho para garantir uma atuação

mais efetiva. O diretor Falk explicou sobre o novo desenho da SECADI, concordou com a proposta da divisão de trabalhos em grupos e frisou a necessidade de cada membro da comissão colaborar para a disseminação de informações sobre as políticas de educação bilíngue de surdos, conscientizando às pessoas em seu em torno de atuação. Em seguida, o participante e presidente da FENEIS Nacional, Antônio Campos salientou que meses se passaram desde a primeira reunião da CNEBS, contudo, não se produziu ainda uma proposta efetiva. Afirmou à diretoria que a comissão deve realizar entregas a sociedade de forma mais rápida. O Diretor Falk afirmou que a DIPEBS não recebeu um legado de políticas previamente implementadas do governo anterior e que, portanto, o trabalho inicia com a necessidade de estruturar e consolidar as bases de ações educacionais em prol da educação bilíngue de surdos, através da elaboração documentos e diretrizes educacionais. Ainda apontou a urgência em consolidar uma política educacional efetiva para o PAEBS, considerando aspectos linguísticos e pedagógicos adequados, ao invés de mera adaptação. O próximo participante foi Gabriel Couto, da CNJS, que valorizou as ações da DIPEBS, porém, realizou questionamentos sobre a diretoria em termos de efetividade na construção de documentos institucionais e programas que objetivam instituir as escolas bilíngues de surdos. Gabriel ressalta que a DIPEBS deve instituir um programa que o Governo Federal possa promover. Segundo o representante da CNJS, a educação inclusiva já tem documentos, programa e política. O participante afirma que não dá para comparar as duas modalidades, pois a educação inclusiva já está consolidada. No entanto, é preciso que a educação bilíngue de surdos pense nisso para agir com celeridade. É preciso pensar na Política Nacional da Educação Bilíngue de Surdos, pois já se passaram 4 meses desde a última reunião e ainda não há um encaminhamento. O diretor Falk afirmou que a equipe da DIPEBS é pequena. Gabriel, no entanto, ressalta, que a DIPEBS precisa solicitar cargos à SECADI, para solucionar esse problema. Em seguida, Flaviane Reis (Feneis Sudeste) fala da importância de publicar os cronogramas com os períodos e as atividades que devem ser realizadas para, assim, dividir o trabalho dentro da comissão. Para encerrar a reunião, o diretor Falk falou sobre o lançamento do Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI) e da nova perspectiva da SECADI, que tem um desenho diferente do governo anterior. O diretor falou ainda da importância de se realizar parcerias com os estados e municípios, construindo diálogos e respeitando a autonomia dos entes federados na implementação da educação bilíngue de surdos. O diretor finalizou agradecendo a participação de todos e afirmou que os documentos serão compartilhados no drive. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e a Ata vai assinada por mim, Luiz Cláudio da Silva Souza, que secretariei e transcrevi e pelo presidente Falk Soares Ramos Moreira da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, Brasília/DF, 22 de agosto de 2023.

Luiz Cláudio da Silva Souza

Secretária-Executivo da Comissão Substituto

Falk Soares Ramos Moreira

Presidente da Comissão